Processo n.º 248/2003

(Recurso Jurisdicional)

Data: 18/Março/2004

Assuntos:

- Situação jurídica do aposentado;
- Subsídio de 14º mês para os aposentados;
- Interpretação e integração da lei;

SUMÁRIO:

1. A interpretação da lei tem por objecto descobrir, de entre os possíveis da lei, o seu sentido prevalente ou decisivo.
2. A lei deve ser entendida como se atrás dela estivesse, não a entidade *real histórica* que efectivamente a produziu, mas um certo legislador *razoável* que, depois de a ter editado no tempo da publicação, a fosse sempre mantendo de pé e renovando a cada momento, em todo o período da sua vigência.
3. Só haverá lacuna a preencher, depois de estar averiguado, por interpretação da lei, que o caso omissis não deve ficar à margem do

direito, sem regulamentação jurídica apropriada.

4. Quando há lacuna a hipótese não está contida nem na letra nem no espírito de nenhum dos preceitos vigentes e distingue-se da interpretação extensiva, pois esta pressupõe que dada hipótese não está compreendida na letra, embora o esteja no espírito do legislador.
5. A interpretação restritiva consiste em restringir o alcance aparente da lei, reduzindo-o às proporções compatíveis com a vontade real do órgão legislativo.
6. Por aposentação entende-se a situação jurídica em que se encontram os funcionários e agentes que, sendo considerados incapazes para o serviço, em virtude da idade, de doença ou de incapacidade ou por motivo da prática de infracção criminal ou disciplinar muito grave, vêm extinta a sua relação de emprego público, permanecendo, todavia, vinculados à Administração Pública através de uma nova relação jurídica (de aposentação) filiada na relação jurídica extinta e constituída em seu inteiro benefício, caracterizada por um novo conjunto de direitos, deveres e incompatibilidades.
7. O subsídio de 14º mês configura-se assim como um “prémio dos bons serviços”, ou um subsídio para fazer face a despesas extraordinárias, ou uma compensação pela perda do subsídio de férias na certeza de que tal subsídio sempre integra a massa

remuneratória anual disponível do trabalhador e que o legislador apenas entendeu conceder aos funcionários e agentes da Administração Pública aposentados e aos beneficiários de pensão de sobrevivência ou de preço de sangue, tal como decorre do artigo 1º da Lei n.º 9/90/M, que define o seu âmbito de aplicação.

8. No artigo 1º da Lei 9/90/M o legislador não deixa margem para dúvidas quanto à atribuição do direito ao subsídio de 14º mês, aos aposentados, sem distinguir entre o primeiro ano da aposentação e os seguintes e tomando posição definida quanto ao momento do vencimento do direito.
9. Se o legislador não fez qualquer ressalva relativa à cumulação com os subsídios de férias auferidos no âmbito de uma outra relação jurídica, diferente e precedente, se não restringiu esse direito em relação ao primeiro ano da aposentação, se não instituiu um regime de proporcionalidade em função dos meses de aposentação no primeiro ano civil da sua vigência, não pode o intérprete dizer, em nome de uma pretensa lacuna de regulação de processamento, que o legislador não quis dizer o que disse.

O Relator,

João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 248/2003

(Recurso Jurisdicional)

Data: 18/Março/2004

Recorrente: Conselho de Administração do Fundo de Pensões

Recorrido: (H)

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I - **RELATÓRIO**

(H), funcionário público aposentado, residente na Avenida Sidónio Pais, n.º xx, xº andar “A”, Macau, interpôs recurso contencioso de anulação da deliberação do Conselho de Administração do Fundo de Pensões, de 16 de Julho de 2001, que lhe indeferiu o pedido de abono do subsídio do 14º mês prevista na Lei n.º 9/90/M, de 6 de Agosto.

Para tal alega que essa deliberação padece do vício de violação de lei, por erro nos pressupostos de facto, dado considerar que ao recorrente foi abonado o subsídio de férias relativo ao ano de 2001 quando o mesmo é relativo ao ano de 2000 e ter aplicado o artigo 2º da Lei n.º 9/90/M quando

ele não exerceu quaisquer funções públicas depois de aposentado.

A autoridade recorrida contestou mantendo a legalidade do acto recorrido com fundamento em que sempre foi seu entendimento que o subsídio de 14º mês só é devido na totalidade a partir do ano seguinte àquele em que se recebeu subsídio de férias e que no ano da cessação de funções para efeito de aposentação tal subsídio apenas é devido em duodécimos.

Veio a ser proferida no Tribunal Administrativo dando provimento ao recurso e anulando o acto recorrido.

O **Conselho de Administração do Fundo de Pensões** veio interpor recurso desta decisão, motivando, em síntese, da seguinte forma as suas alegações:

Prevaleceu a hermenêutica positivista na decisão do Mmo. Juiz *a quo*, que se pronunciou fora do âmbito do objecto do recurso (cfr. sobre o Subs. de Natal, fls. 96 dos autos – artigo 20º CPAC e artigo 571º do CPC);

A identificação como lacuna de direito *de lege ferenda* defendida na sentença, advêm duma leitura subjectiva da redacção do artigo 1º da Lei 9/90/M, quando da interpretação da Lei, tendo em conta a sistemática do diploma e a unidade do sistema (cfr. artigo 8º do C.C), se verifica que existe uma "lacuna da lei" ou de "regulamentação", que deve ser suprida por recurso à integração analógica (cfr. artigo 9º do C.C.);

Da avaliação dos pressupostos do direito ao subsídio do 14º mês, face ao complexo normativo em que o mesmo se insere, confirma-se que a situação de aposentação se filia na relação de emprego público, que o subsídio do 14º mês é de natureza idêntica à do subsídio de férias e que a

intenção do legislador foi a de criar um subsídio sucedâneo e da mesma natureza que o subsídio de férias, concretizando através de uma norma concessiva e genérica (cfr. artigo 1º da Lei), o âmbito e condições da concessão do direito ao subsídio de 14º mês, a aposentados e beneficiários de pensão de sobrevivência e preço de sangue, mas não especificando a forma de atribuição;

Na sapiente opinião do Digníssimo Magistrado do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo "face à ausência de regime legal-especial em contrário, ao seu (subsídio do 14º mês) processamento deve aplicar-se o regime relativo ao subsídio de férias", cujas regras são idênticas ao disposto na Lei Portuguesa;

No entanto, sabendo-se que o Fundo de Pensões foi parte activa na produção da Lei 9/90/M, e que a aplicação directa do seu artigo 1º pode conflitar com outras disposições do diploma e ofender princípios fundamentais do direito (igualdade e proporcionalidade), compreende-se que o legislador não consagrou na lei a forma de processamento do subsídio do 14º mês, porque propositadamente deixou a regulamentação dessa matéria ao critério do órgão com competências na concessão de abonos a aposentados, (cfr. artigo 4º, al. al. h) do artigo 18º e al. b) do n.º 1 do artigo 27º dos Estatutos aprovado pelo DL n.º 45/98/M);

Face ao escopo visado pelo legislador, a *ratio legis*, ou a teleologia imanente ao complexo normativo em que a lei está inserida, a "lacuna de regulamentação" do artigo 1º da Lei 9/90/M, foi suprida através da elaboração de um esquema de processamento do subsídio do 14º mês, desde sempre utilizado pelo Fundo de Pensões, e que proporciona maior

equidade e evita, a cumulação do subsídio com o de férias recebido por cessação de funções, nos termos do artigo 186º de ETAPM (cfr. artigo 2º da Lei n.º 9/90/M);

Considerando-se que só com base em pressupostos que não correspondem à realidade e numa identificação errada da incompletude da lei, classificada como de lacuna *lege ferenda*, é que a sentença recorrida se pronuncia contra a integração, das regras do Fundo de Pensões, nos termos do n.º3 do artigo 9º do C.C., para suprimir a "lacuna de regulamentação" do artigo 1º da Lei n.º 9/90/M, de 6 de Agosto sobre a forma atribuição do subsídio do 14º mês.

Termos em que entende dever ser revogada a sentença recorrida em razão dos pressupostos em que assenta não corresponderem à realidade e da errada identificação da questão direito e ser mantida a deliberação de 16 de Agosto de 2001, do Conselho de Administração do Fundo de Pensões, confirmativa do despacho, de 27/06/01, da Presidente daquele Conselho, pelo qual foi indeferido o pedido de concessão de um subsídio do 14º mês, na totalidade, em Maio de 2001.

(H), ora recorrido, tomou posição, alegando fundamentalmente:

A douta sentença recorrida, ao dar exacto cumprimento às regras da interpretação da lei e de integração das lacunas, estabelecidas, respectivamente, nos artigos 8º e 9º do Código Civil, é irrepreensível do ponto de vista do rigor técnico-jurídico, e fez Correcta aplicação da lei ao Caso Concreto;

Ao interpretar o artigo 1º da Lei 9/90/M, no sentido de que «o legislador faz opções quanto a dois momentos à atribuição do direito ao subsídio de 14º mês»: «o momento da aquisição do direito» (que, de acordo com o n.º 6 do artigo 267º do ETAPM, é a «data da resolução final do processo de aposentação em que o FP fixa a pensão de aposentação, regulando definitivamente a situação do interessado»); e «o momento do seu vencimento» («primeiro dia do mês de Maio de cada ano») (fls. 89);

Ao ater-se ao pensamento legislativo que tem na letra do artigo 1º da Lei 9/90/M um mínimo de correspondência verbal: «... de entre os vários momentos possíveis, o legislador elegeu o momento em que o funcionário adquire o estatuto de aposentado. A esse momento, o legislador não formulou qualquer ressalva, excepção ou restrição ...» (fls. 90); «O cálculo do subsídio de 14º mês no primeiro ano de aposentação pela soma dos duodécimos significa que nesse ano o subsídio se vence mês a mês em partes iguais, o que é contrário ao que se dispõe no artigo 1º da Lei 9/90/M, que estabelece uma data fixa para o vencimento» (fls. 95);

Ao considerar que, se fosse intenção do legislador o estabelecimento de uma excepção - fazendo depender o pagamento do subsídio de 14º mês do facto de o aposentado não ter recebido o subsídio de férias ou, caso contrário, do decurso de um prazo de um ano, ou, ainda (acrescentamos nós), se fosse intenção do legislador estabelecer o regime dos duodécimos -, também o artigo 5º da Lei 9/9/M (que não apenas o seu artigo 1º), teria prescrito nesse sentido; se o não fez, quando mais se justificava (no primeiro ano de vigência da lei), foi porque não era essa a sua intenção: «No plano do legislador não está a existência de um prazo de

um ano condicionante da aquisição do direito ao subsídio, até porque no primeiro ano de vigência da lei o subsídio foi logo recebido em Setembro, bastando para tal que se estivesse aposentado em 1 de Maio» (fls. 90). O argumento do ora Recorrente, de que tal não corresponde à realidade, porque «desde a entrada da Lei em vigo¹; foi utilizado o esquema duodecimal de processamento do subsídio», não põe em crise o acerto da interpretação dada pelo juiz a quo. É que, não é a lei que deve ser interpretada em conformidade com os factos a que se aplica, a validade destes é que se afere pela possibilidade de subsunção na sua *fattiespecie*. Acresce que o incumprimento da lei, decorrente da errada interpretação e aplicação da mesma, nunca valida o sentido da norma, subjacente a esse incumprimento, e «A ignorância ou má interpretação da lei não justifica a falta do seu cumprimento nem isenta as pessoas das sanções nele estabelecidas» (Cód. Civil, artigo 5º);

Ao qualificar a natureza jurídica do subsídio de 14º mês como um sucedâneo do subsídio de férias, na medida em que, embora ambos os subsídios se insiram nas finalidades gerais da política social, prosseguem finalidades específicas : «o subsídio de férias tem por finalidade subsidiar as despesas originadas pelas férias e, desse modo, proporcionar a retomada do serviço em boas condições fiscais e intelectuais. Ora, como os pensionistas não têm férias, de que o subsídio é um corolário, não pode exist(ir) participação nas suas férias por parte da Administração. Por isso, o subsídio de 14º mês funda-se em outras razões, designadamente, o “prémio dos bons serviços”» (fls.92);

Ao afirmar a impossibilidade de aplicação analógica dos disposto no artigo 4º da Lei 9/90/M: «A solução contida no artigo 4º dessa lei resulta do facto de com o falecimento do aposentado se extinguir a situação de aposentado (artigo 270º do ETAPM) e haver necessidade de por referência à data da morte calcular o valor do crédito transmissível aos herdeiros hábeis, da mesma forma que acontece com outros subsídios como, por exemplo, o de Natal (cfr. n.º3 do artigo 189º do ETAPM). Não pode, pois, aplicar-se analogicamente esse regime a situações que com ele não têm qualquer semelhança, como é a que decorre no primeiro ano de aposentação» (fls.95);

Ao demonstrar, por um lado, que, entre o subsídio de 14º mês e o subsídio de férias, «as situações não são análogas, pois o “conflito de interesses” (...) não é paralelo nem semelhante»: «Não se está perante uma situação de tratar por igual aquilo que é igual, pois, enquanto o subsídio de férias estabelecido no artigo 186º do ETAPM reporta-se a um período de férias vencido numa situação de actividade e, portanto, a uma situação em que não existe o direito ao 14º mês, o subsídio de férias referido no artigo 2º da Lei 9/90/M corresponde a uma período de férias vencido na situação de aposentação, e portanto, a uma situação em que existe o direito ao 14º mês» (fls. 93-94);

Ao pôr em evidencia que, «... mesmo que se considerasse que estamos perante um caso omissis (...), o recurso às regras do subsídio de férias não permite chegar à conclusão de que o subsídio de 14º mês apenas se vence no 1º de Maio subsequente ao decurso de um ano de aposentação.

É que nem sequer é essa a solução que a lei dita para o subsídio de férias», tal como decorre «do n.º5 do artigo 184º do ETAPM» (fls.94);

Ao demonstrar que a aplicação analógica das regras do subsídio de Natal, também, não «permite chegar à conclusão de que o pagamento do subsídio de 14º mês no primeiro ano de aposentação deva ser pela soma dos duodécimos», já que, por um lado, do «n.º1 do artigo 187º do ETAPM» resulta que «... no primeiro ano de aposentação o subsídio de Natal é pago por inteiro e não por duodécimos»; por outro lado, «O regime previsto no n.º4 do mesmo artigo só se aplica ao primeiro ano de serviço efectivo e não ao primeiro ano de aposentação» (fls.96);

Ao salientar as limitações do recurso à integração de lacunas : «... o regime dos duodécimos para o primeiro ano de aposentação conduz a situações de desigualdade contrárias às soluções de integração jurídica. Com efeito, quem se aposentar em Janeiro, ao fim de um ano de aposentação apenas recebe 4 meses de subsídio, enquanto quem se aposentar em Julho, ao fim de um ano de aposentação recebe 10 meses de subsídio» (fls.96);

Ao rejeitar a existência de uma lacuna, nos termos em que o ora Recorrente a defende : «... para que houvesse lacunas quanto ao primeiro ano de aposentação era necessário que o legislador tivesse formulado, ainda que de forma incompleta, uma ressalva ou excepção ao momento eleito como relevante para a aquisição do direito. Se o legislador não fez tal ressalva, se não regulou o primeiro ano de aposentação, seja excluindo o direito a quem não tem ainda um ano de aposentação seja pagando-o em duodécimos, é porque quis que todos os que estejam aposentados no mês de Maio recebam o subsídio de 14º mês (...) seria uma subversão das

regras da hermenêutica que o intérprete chegasse a uma conclusão que o legislador, podendo contemplar (como, aliás, o legislador em Portugal o fez), não quis regulamentar. Uma coisa é faltar algo no processo de constituição do direito ao subsídio, deficiência que pode ser integrada, outra bem diferente é criar uma excepção a uma regulamentação que já está completa» (fls.91);

Ao concluir que, a existirem lacunas, estas apenas são «lacunas de *lege ferenda* que não representam incompletude do sistema e que apenas podem provocar o legislador a reformar as normas, mas nunca o intérprete ao seu preenchimento de lacunas que não existem» (fls.96-97).

Termos em que conclui pela confirmação da sentença recorrida.

O Digno Magistrado do MP emite duto parecer acompanhando o parecer do Exmo. colega junto do TA, afigurando-se-lhe que do que se trata é de verdadeira lacuna (seja de lei, seja de regulamento) relativamente à concretização efectiva do conteúdo do artigo 1º da Lei 9/90/M, relativo ao âmbito de aplicação aos funcionários e agentes da Administração Pública de Macau aposentados e beneficiários de pensão de sobrevivência ou de preço de sangue, do direito ao subsídio comumente designado de 14º mês, sendo que tal lacuna não poderá deixar de ser preenchida com recurso à integração análgica, levando em linha de conta a sistemática do diploma e a unidade do sistema (artigos 8º e 9º do CC).

Aquele subsídio tem, de facto, a mesma natureza, como que um carácter sucedâneo do subsídio de férias, pelo que deverá o regime deste último ser aplicado supletivamente, assim se travando, na medida do

possível, situações iníquas e assegurando maior proporcionalidade, evitando-se, designadamente, como é o caso, a cumulação do subsídio em questão com o subsídio de férias, em situação de cessação de funções.

O Digno Magistrado do Ministério Público junto do TA emitiu parecer no sentido da improcedência do recurso com fundamento em que "face à ausência do regime legal-especial em contrário, ao seu processamento deve aplicar-se subsidiariamente o regime relativo ao subsídio de férias", e este diz que só existe subsídio de férias ao fim de um ano de serviço ininterrupto.

*

II - FACTOS

Dos autos e do P.A. em anexo resultam os seguintes factos que se podem considerar assentes :

1. Por despacho do Senhor Secretário para a Economia e Finanças, publicado no B.O. n.º 4 II série de 29/01/01, o recorrente aposentou-se a partir no dia 03/01/01 (cfr. fls. 38 e 39 do P.A.);
2. Através do ofício n.º 318/0125/DGF-FP/2001, a senhora chefe do DGF do CAFP notificou o recorrente, em 13/02/01, do recebimento da pensão de aposentação (cfr. fls. 30 do P.A.);
3. Em 28/05/2001, o recorrente apresentou dois requerimentos ao senhor Presidente do CAFP, por não ter recebido o subsídio do 14º mês por inteiro (fls. 26 a 28 do P.A.);
4. Sobre tais requerimentos foi apresentado, em 07/06/01, o parecer n.º 026/AST/JM/FP/2001 (fls. 21 a 25 do P.A.);
5. Nesse parecer, a senhora presidente do CAFP lançou o seguinte

despacho (cfr. fls. 21 do P.A.):

“Concordo com o presente parecer.

No uso das competências que me foram delegadas pelo CA do FP, indefiro a pretensão nos termos e com os fundamentos propostos.

Notifique-se.”

6. Por ofício n.º 1273/290/CA/2001, de 27/06/01, foi notificado o recorrente do seguinte (doc. de fls. 19 a 20 do P.A.):

Conforme se verificou pela nota de abonos concedidos, à data da aposentação de V. Ex.^a, em Janeiro de 2001, foi paga uma compensação pecuniária por férias no valor de \$33,708.00 patacas, bem como o respectivo subsídio de férias relativo ao ano de 2001, no valor de \$22,450.00 patacas, nos termos do artigo 186º e artigo 80º do ETAPM.

E nesse caso, o direito ao subsídio do 14º mês, só deveria ser conferido quando efectivamente não fosse devido subsídio de férias pelo exercício de funções públicas, tal como resulta claro da redacção do artigo 2º da Lei n.º 9/90/M, de Agosto, ao excluir a acumulação dos respectivos subsídios.

No entanto, com o intuito de possibilitar uma correcta aplicação da lei sobre a atribuição do subsídio do 14º mês ao pessoal aposentado, em conjugação com a lei sobre o subsídio de férias atribuído ao referido pessoal enquanto a exercerem funções, o Fundo de Pensões estabeleceu os seguintes critérios :

- a) Para pensões constituídas há mais de um ano, processa-se no mês de Maio de cada ano, o abono do “Subsídio de 14 mês”, por valor igual ao da pensão acrescida dos prémios de antiguidade a que tenham direito no primeiro dia daquele mês;
- b) Nas situações de pensões constituídas depois de 1 de Maio do ano anterior, o referido subsídio é calculado por duodécimos em função dos meses completos

decorridos desde a data do início da pensão até 1 de Maio do ano em curso.

Assim, de acordo com as referidas regras, o subsídio do 14º mês atribuído a V. Ex.^a, no valor de \$4,300.00 patacas e constante da nota de abonos, correspondente aos duodécimos relativos aos meses completos de Fevereiro a Maio, muito embora V. Ex.^a contrariamente ao previsto no artigo 2º da Lei n.º 9/90/M, de 6 de Agosto, já tivesse percebido o subsídio de férias relativo ao ano corrente, pelo que, nestas circunstâncias e com os fundamentos expostos indeferida a concessão do subsídio solicitado por V. Ex.^a, por despacho de 27/06/01, da Presidente do Conselho de Administração deste Fundo, exarado sobre o parecer n.º 026/AST/JM/FP/2001, de 06/07/2001, nos seguintes termos “Concordo com o presente parecer. No uso das competências que me foram delegadas pelo C.A. do F.P., indefiro a pretensão nos termos e com os fundamentos propostos. Notifique.

Dando cumprimento ao previsto no artigo 70º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), mais se comunica a V. Ex.^a, que de decisão pode reclamar para o autor do acto, no prazo de 15 dias a contar da data da notificação, ou interpor recurso hierárquico necessário para o Conselho de Administração do Fundo de Pensões, no prazo de 30 dias, nos termos dos artigos 145º, n.º 2, 148º, 149º, 154º e 155º do CPA.”

7. Em 26/07/01, o ora recorrente apresentou o recurso hierárquico necessário para o CAFP (cfr. fls. 8 a 14 do P.A.);
8. Em 01/08/01, foi apresentado o parecer n.º 34/AST/JM/FP/2001 (fls. 2 a 7 do P.A.);
9. Nesse parecer o Conselho de Administração exarou a seguinte deliberação (cfr. fls. 2 do P.A.):

“O Conselho de Administração do Fundo de Pensões, reunido em 16 de Agosto de

2001, deliberou no sentido de confirmar o despacho da Presidente em 27/06/2001 nos termos e fundamentos constantes no presente parecer”.

10. A presidente substituta do CAFP enviou ao recorrente o ofício n.º 1658/386/CA/2001, de 21/08/01, notificando-o do acto ora recorrido (doc. de fls. 1 do P.A.).”

Dá-se por aqui reproduzido o teor dos aludidos documentos.

III - FUNDAMENTOS

1. *Thema decidendum*

Para o juiz *a quo*, bem como para o ora Recorrido, «A questão é exclusivamente de direito e consiste no seguinte : o subsídio de 14º mês, estabelecido na Lei n.º 9/90/M, de 6 de Agosto, vence-se por inteiro no dia 1 de Maio subsequente à data em que se verifica a aposentação?

Ou vence-se no dia 1 de Maio após o decurso de um ano de aposentação?

Ou, ainda, no primeiro ano de aposentação vence-se ao longo de doze meses do ano e em parcelas iguais?» (n.º4 da Sentença, a fls.78)

Trata-se, para ele, de um problema de interpretação.

Diversamente, para o ora recorrente, não é essa a questão, mas a seguinte : «Se o aposentado que recebeu um subsídio de férias, nos termos do artigo 186º do ETAPM, tem ou não direito a receber um subsídio do 14º mês, na totalidade, relativo a esse mesmo ano?» (ponto A, n.º2, a fls.126).

A questão de direito traduz-se em saber se a aquisição do direito ao

aludido subsídio implica o alargamento da *fattiespecie* normativa, por existência de uma lacuna: a lei não exigiria apenas que o interessado tenha adquirido a qualidade de aposentado (o que o artigo 1º da Lei n.º9/90/M expressamente prevê); seria necessário, ainda, considerar o facto de o mesmo não ter auferido, no ano da aposentação, o subsídio de férias, a que se reporta o artigo 186º do ETAPM. Como todos os funcionários e agentes da Administração Pública de Macau, quando se aposentam, têm, de acordo com esta disposição estatutária, direito a receber o subsídio de férias, isto significa que teria, necessariamente, de decorrer um ano sobre a aposentação (o que o artigo 1º da Lei n.º 9/90/M não prevê), para que os aposentados tivessem direito ao subsídio de 14º mês.

Trata-se, pois, de um problema de integração.

Ou de uma forma mais simples e usando a formulação do próprio recorrente:

O aposentado que recebeu um subsídio de férias, nos termos do artigo 186º do ETAPM, tem ou não tem direito a receber um subsídio do 14º mês, na totalidade, relativo a esse mesmo ano?

Quid juris?

2. Da referida Lei n.º 9/90/M de 6 de Agosto, relevam as seguintes disposições:

Artigo 1º

(Âmbito da aplicação)

Os funcionários e agentes da Administração Pública de Macau aposentados e os beneficiários de pensão de sobrevivência ou de preço de sangue têm direito a receber

um subsídio, no mês de Maio de cada ano, de montante igual ao da pensão a que tenham direito no primeiro dia daquele mês.

Artigo 2º

(Ressalva)

Os funcionários e agente aposentados, que exerçam funções públicas, têm direito ao subsídio previsto no artigo anterior, com exclusão do subsídio de férias eventualmente devido pelo exercício daquelas funções

Artigo 4º

(Herdeiros hábeis)

Em caso de falecimento do titular do direito ao subsídio previsto no artigo 1.º, antes da data do seu pagamento, os respectivos herdeiros podem habilitar-se ao mesmo nos termos previstos para o subsídio de morte, sendo o seu montante calculado em função dos meses completos contados desde 1 de Maio imediatamente anterior à data do falecimento.

Artigo 6º

(encargos orçamentais)

À Direcção dos Serviços de Finanças compete providenciar no sentido de dar satisfação aos encargos resultantes de execução desta lei.

Ao Fundo de Pensões de Macau compete propor as medidas legislativas necessárias para assegurar a futura cobertura financeira dos encargos resultantes da aplicação desta lei.

Segundo o Fundo de Pensões, da interpretação da Lei n.º 9/90/M, de 6 de Agosto, tendo em conta as fontes e actos preparatórios da lei, a sistemática do diploma e a unidade do sistema jurídico, verifica-se que,

pela norma genérica (artigo 1º do diploma), foi definido o direito e as situações em que o mesmo é atribuído, tendo o legislador deixado ao Fundo de Pensões, órgão com atribuições para execução do regime da aposentação e sobrevivência e competências para a concessão de abonos, a definição das regras de processamento do subsídio do 14º mês.

Diga-se, desde já que esta parece não ser a posição correcta para a dilucidação da questão. O que está em causa não é o processamento daquele subsídio, mas sim o apuramento da abrangência desse subsídio. As regras do processamento que ninguém põe em causa serem da competência do Fundo de Pensões é que não podem pôr em causa, ampliar ou restringir o âmbito do subsídio. Esse alcance há-de ser necessariamente retirado da lei se ali estiver contido.

E colocando-se assim uma questão de interpretação da lei ou integração tendente ao preenchimento de eventual lacuna, tecer-se-ão de seguida algumas considerações sobre tal problemática de forma a enfrentar a dilucidar a questão.

3. A brilhante incursão da sentença recorrida na doutrina pertinente à abordagem da hermenêutica jurídica retira espaço a outras observações que, nesta sede, a tal propósito se pudessem desenvolver.

A interpretação da lei tem por objecto descobrir, de entre os possíveis da lei, o seu sentido prevalente ou decisivo. E na síntese lapidar da metodologia que deve ser utilizada, através de um conceito unitário e simples, dir-se-á, como ensina Manuel de Andrade, que “a lei deve ser entendida como se atrás dela estivesse, não a entidade *real histórica* –

indivíduo ou pluralidade de indivíduos – que efectivamente a produziu, mas um certo legislador *abstracto, convencional*, - um legislador *razoável*, quer na escolha da substância legal, quer na sua formulação técnica, que depois de a ter editado no tempo da publicação, a fosse sempre mantendo de pé, e renovando, por assim dizer, a cada momento, em todo o período da sua vigência”

E só haverá lacuna a preencher, depois de estar averiguado, por interpretação da lei, que o caso omissis não deve ficar à margem do direito, sem regulamentação jurídica apropriada. A lacuna supõe a interpretação em sentido técnico, pois só depois de apurado o sentido das fontes se pode chegar à conclusão de que o caso não está regulado.

Lacuna, como diz Oliveira Ascensão,¹ é uma incompleição do sistema normativo que contraria o plano deste. E daí, segundo alguns outros pontos de vista, o dizer-se que o ordenamento jurídico não tem lacunas, pois que aquelas compleições hão-de ser sempre resolvidas dentro do sistema e pelo próprio sistema.²

A lacuna pode ser de previsão quando falha a pré figuração jurídica de uma dada situação ou de estatuição, quando havendo previsão, não se estatuíram os efeitos jurídicos correspondentes.

Quando há lacuna a hipótese não está contida nem na letra nem no espírito de nenhum dos preceitos vigentes e distingue-se da interpretação extensiva, pois esta pressupõe que dada hipótese não está compreendida na

¹ - O Direito, Introdução e Teoria Geral, 3ª ed., 347

² - Ferrara, Interpretação e Aplicação das Leis, 4ª ed., 155

letra, embora o esteja no espírito do legislador.

Ao invés, interpretação restritiva consiste em restringir o alcance aparente da lei, reduzindo-o às proporções compatíveis com a vontade real do órgão legislativo.³

Estas referências, a fim de se poder enquadrar a operação interpretativa a que urge proceder, face à posição do recorrente, na esteira defendida pelo M.P. de que “face à ausência de regime legal especial em contrário, ao seu processamento deve aplicar-se o regime relativo ao subsídio de férias” o qual só é atribuído quando os trabalhadores completem um ano de serviço (cfr. n.º5 do artigo 184º do ETAPM), para concluir ainda "pois é decerto uma benevolência, o facto de ao recorrente ter sido atribuído o subsídio do 14º mês correspondente ao período de 4 meses, pois, não lhe é lícito arrogar o subsídio do 14º mês por inteiro".

Pelo que importa indagar qual o sentido da letra e do espírito da lei contida no artigo 1º do supracitado diploma normativo, se o seu enunciado na previsão típica deve ser restringido ou, sequer, se se depara com uma situação de lacuna da lei, reconduzível a qualquer insuficiência de regulamentação quanto ao processamento daquele subsídio.

4. Para proceder a uma correcta interpretação importa agora apurar da natureza jurídica do subsídio de 14º mês. Terá a natureza de um subsídio de férias ou será seu sucedâneo?

Desde logo se anota que o legislador distingue os dois subsídios, o que resulta claramente do artigo 2º da Lei 9/90/M de 6 de Agosto ao dizer

³ - P. Lima e A. Varela, Noções Fundamentais de Direito Civil, 4ª ed., 1º, 155

que os aposentados têm direito a esse subsídio com exclusão do subsídio de férias.

Não faria sentido, aliás, que os aposentados tivessem um subsídio de férias quando estas deixam de ter sentido em relação à situação abstracta e funcional dos aposentados.

Com a aposentação institui-se uma nova relação jurídica que radica numa primeira relação jurídica, a de funcionário, mas que com ela se não confunde. Por aposentação entende-se a situação jurídica em que se encontram os funcionários e agentes que, sendo considerados incapazes para o serviço, em virtude da idade, de doença ou de incapacidade ou por motivo da prática de infracção criminal ou disciplinar muito grave, vêm extinta a sua relação de emprego público, permanecendo, todavia, vinculados à Administração Pública através de uma nova relação jurídica (de aposentação) filiada na relação jurídica extinta e constituída em seu inteiro benefício, caracterizada por um novo conjunto de direitos, deveres e incompatibilidades.⁴

Acompanha-se aqui o entendimento explanado na sentença recorrida, quando nesta se diz «O único argumento que daí se pode retirar é que o subsídio de 14º mês é um "sucedâneo" do subsídio de férias. Mas ser sucedâneo não significa que tenha a mesma natureza que o subsídio de férias e que se aplique a todos os aposentados. Como se sabe, o subsídio de férias tem por finalidade subsidiar as despesa originadas pelas férias e, desse modo, proporcionar a retomada do serviço em boas condições físicas

⁴ - João Alfaia, ob. cit., 1055

e intelectuais. Ora, como os pensionistas não têm férias, de que o subsídio é um corolário, não pode existir comparticipação nas suas férias por parte da Administração. Por isso, o subsídio de 14º mês funda-se em outras razões, designadamente, o “prémio dos bons serviços”». ⁵

O subsídio de 14º mês configura-se assim como um “prémio dos bons serviços”, ou um subsídio para fazer face a despesas extraordinárias, ou uma compensação pela perda do subsídio de férias na certeza de que tal subsídio sempre integra a massa remuneratória anual disponível do trabalhador e que o legislador apenas entendeu conceder aos funcionários e agentes da Administração Pública aposentados e aos beneficiários de pensão de sobrevivência ou de preço de sangue, tal como decorre do artigo 1º da Lei n.º 9/90/M, que define o seu âmbito de aplicação. Daí, necessariamente, não resulta que o mesmo deva ser concedido a outros trabalhadores sem direito à aposentação.

A preocupação social na concessão daquele subsídio está patente no próprio preâmbulo da referida lei ao dizer-se que “a actual fase de desenvolvimento permite alargar e intensificar acções de âmbito social, designadamente quanto àqueles que serviram a Administração Pública do Território” e na própria «Nota Justificativa» da Assembleia Legislativa que, acompanhando o respectivo Projecto de Lei, afirma o imperativo de justiça social, subjacente à medida legal adoptanda, inconfundível com o subsídio de férias: «Procura-se ir ao encontro de uma velha aspiração dos

⁵ - João Alfaia, *Conceitos Fundamentais do Regime Jurídico do Funcionalismo Público*, 1988, II p. 936

aposentados e pensionistas do Fundo de Pensões de Macau, sem violentar os princípios que estiveram e estão na base do subsídio de férias» (fls. 191).

Também, no Parecer n.º1/90, da Comissão de Assuntos Económicos, Finanças e Concessões da Assembleia Legislativa, se acentua a diferença de regimes: «O ora designado "subsídio de 14º mês" tem um regime diferente do subsídio de férias pretendido pelos pensionistas; o primeiro é aferido pela pensão devida em 1 de Maio, e pago nesse mês, enquanto o segundo é calculado em função do vencimento devido em 1 de Junho, e pago no mesmo mês, o primeiro é devido na integralidade, ao passo que o segundo só o é na medida dos dias de férias a que o funcionário ou agente tenha direito nesse ano civil» (a fls. 209). E muito embora se diga no parágrafo seguinte «Ainda que a designação entre o subsídio ora proposto e o anteriormente pretendido por alguns aposentados seja diferente, bem como diverso é o momento do seu pagamento (Maio em vez de Junho), haverá que admitir estar-se substancialmente perante a mesma realidade: a da criação de um subsídio tendente a aumentar de treze para catorze o número de prestações a perceber pelos aposentados e pensionistas em cada ano»”, é este escopo – aumento da massa salarial – que traduz o paralelismo, sendo diferente o vencimento, o quinhão percentual vista a base de referência, não se vendo razões para que o processamento também não seja diferente.

5. Acresce que o Fundo de Pensões nas suas «Notas Explicativas», afirma o seguinte (fls 186 dos autos):

- A lei 9/90/M não estabelece formas distintas de processamento do subsídio de 14º mês, consoante se esteja perante casos de aposentação voluntária ou obrigatória.
- Não é relevante saber se, quanto e como o subscritor aposentado recebeu subsídio de férias. Importa é ter em conta o número de meses decorridos desde a data da aposentação até 1 de Maio de cada ano.
- Efectuando-se o cálculo por duodécimos, o montante do subsídio a pagar em Maio (no corrente ano, transitoriamente, o subsídio será pago em Setembro) é função dos meses decorridos desde a aposentação, caso esta tenha ocorrido depois de Maio do ano anterior e, será de montante igual ao da pensão, se o beneficiário desta estiver a auferi-la há pelo menos 12 meses.
- Operando-se o cálculo por duodécimos, considera-se que o montante do subsídio a processar e paga!; também no corrente ano, pelo Fundo de Pensões de Macau, é referente ao período decorrido de 1 de Maio de 1989 a 1 de Maio de 1990».

Também, no «Esquema de Processamento do "Subsídio de 14º mês" ... », o Fundo de Pensões propõe que o mesmo seja « ... a calcular por duodécimos em função dos meses decorridos desde a [data da] aposentação», quer se trate de «casos de aposentação constituídos até 1 de Maio», quer de «casos de aposentação constituídos depois de 1 de Maio» (a fls. 184).

Não foi esta, contudo, a formulação acolhida pelo legislador, que não só não acolheu os exactos termos dessa proposta do Fundo de Pensões, no que respeita à disposição transitória a ser criada - já que o artigo 5º da

Lei n.º 9/90/M diz que «No corrente ano, o subsídio criado por esta lei será pago com a pensão do mês de Setembro no montante da pensão a que os beneficiários tiverem direito em 1 de Maio» -, como, ainda, não os acolheu para os demais casos, sendo muito claro no estabelecimento do montante, período de reporte e momento do vencimento do subsídio.

E, apesar de o legislador não ter acolhido a proposta do Fundo de Pensões, nos seus exactos termos, já que foi por «sugestão dos representantes da DSF e do FPM», que foi acolhido o artigo 3º, que passaria ao actual artigo 5º da Lei (v. fls. 215), o mesmo continuou a ter o entendimento por si proposto quanto ao subsídio do 14º mês, como se a referida proposta tivesse sido contemplada na lei.

6. Curioso é observar, em termos de direito comparado, que o legislador de Macau não restringiu alcance do subsídio concedido, tal como pretendia e pretende o Fundo de Pensões, à semelhança do que o legislador português expressamente consagrou, através da Portaria n.º 514/90, de 6 de Julho (v. fls. 153):

“1.º São aditados à Portaria n.º 904-B/89, de 16 de Outubro, os n.ºs 9º - A (...), com a seguinte redacção:

9.º - A. Os aposentados, os reformados e os demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, (...), com excepção do pessoal que no primeiro ano de passagem a qualquer das situações nele previstas receba subsídio de férias, têm direito a receber em cada ano civil, um 14º mês, pagável em Julho, de montante igual à pensão correspondente a esse mesmo mês.

(...)”.

7. Da proibição de cumulação do subsídio do 14º mês com o subsídio de férias (artigo 2º da citada lei), pretende o ora recorrente retirar a conclusão da similitude da natureza dos subsídios.

A este propósito e por esclarecedora, transcreve-se o excerto seguinte da sentença recorrida: “Apesar da diferente natureza, por ser sucedâneo do subsídio de férias, o legislador não quis que ele se cumulasse com subsídio de férias, *mas apenas nas situações em que o aposentado continue a exercer funções públicas a cujo exercício corresponda direito a férias*. Neste caso, mantém-se o direito ao subsídio de 14º mês e exclui-se o subsídio de férias. Mas, repare-se, e isto é importante, o legislador não diz que o direito que cede é o 14º mês, mas sim o subsídio de férias. E é importante porque a entender-se a ressalva do artigo 2º aos aposentados que recebam subsídio de férias por cessação definitiva de funções (artigo 186º do ETAPM) era este subsídio que cedia e não o do 14º mês, precisamente o contrário daquilo que defende o Fundo de Pensões” (fls. 92).

Por outro lado, se o subsídio de férias referido no artigo 186º do ETAPM, devido por motivo de cessação de funções, caso ainda não tenha sido auferido, se reconduzisse ao subsídio do 14º mês, não podia ser cumulado com o subsídio de 14º mês, - tal como pretende o Fundo - porque se reportam ambos ao mesmo ano civil, não havendo qualquer justificação para se recorrer ao regime de duodécimos, pois neste regime, ainda que de forma parcial, também existe cumulação.

8. Ainda em relação ao enunciado princípio da igualdade (n.º15 das Alegações, a fls. 137-138), importa ter presente que o âmbito

subjectivo de aplicação do disposto no artigo 1º da Lei 9/90/M é distinto do âmbito subjectivo de aplicação do prescrito no artigo 2º do diploma: o artigo 1º aplica-se apenas aos «funcionários e agentes da Administração Pública de Macau aposentados», para além, obviamente, dos beneficiários de pensão de sobrevivência e de preço de sangue; o artigo 2º, por sua vez, aplica-se aos «funcionários e agentes aposentados, que exerçam funções públicas», isto é, que concomitantemente com o estatuto de aposentados exerçam funções públicas.

Reforçando o sentido dos diferentes universos previstos numa e noutra norma, o próprio Parecer n.º 01/90, da Comissão de Assuntos Económicos, Finanças e Concessões da Assembleia Legislativa, esclarece o alcance do artigo 2º: “A regra contemplada no artigo 2º do projecto de lei suscitou algumas dúvidas ao permitir que os aposentados que exerçam funções públicas possam receber subsídio de férias, em vez de subsídio de "14º mês", no caso do primeiro ser de montante superior ao segundo.

A situação de exercício de funções públicas tem carácter excepcional (artigo 268º do ETFPM). As remunerações que recebam nessa situação têm carácter transitório, sendo as permanentes as que lhes são devidas como pensionistas. Pelo que entende a Comissão ser aos pensionistas apenas devido o "subsídio de 14º mês", e em consequência propõe que o artigo 2º fique com a seguinte versão: ...” (fls. 214).

9. A posição defendida pelo recorrente e sufragada pelo Ministério Público em ambas as instâncias, partindo do princípio da impossibilidade de acumulação entre o subsídio de férias e o do subsídio do 14º mês, face à

ausência do regime legal especial em contrário, ao seu processamento deve aplicar-se subsidiariamente o regime relativo ao subsídio de férias.

Para se defender ainda que por uma aplicação analógica, *parece seguro concluir que só têm direito ao subsídio do 14º mês os aposentados cuja aposentação complete um ano ininterrupto no dia 1 de Maio; ou pelo menos e de modo mais favorável, só têm direito ao subsídio do 14º mês por inteiro os aposentados acima apontados* (cfr. fls 72 v.)

Três notas à partida. Trata-se, no mínimo, de uma opção manifestamente restritiva do direito expressamente consagrado no artigo 1º da lei 9/90/M; como se viu a natureza de um e outro subsídio é substancialmente diversa; como diverso é o âmbito subjectivo dos 1º e 2º artigos da sempre citada lei 9/90/M.

Ora, no caso em análise não existe uma verdadeira lacuna, como não existe seque na construção acima referida, em que o subsídio em causa não só teria a mesma natureza, como seria como que uma extensão do subsídio de férias auferido pelo aposentado, enquanto funcionário.

No artigo 1º da Lei 9/90/M o legislador não deixa margem para dúvidas quanto à atribuição do direito ao subsídio de 14º mês, aos aposentados, sem distinguir entre o primeiro ano da aposentação e os seguintes e tomando posição definida quanto ao momento do vencimento do direito. A atribuição do direito contempla a situação de aposentado adquirida através do processo referido no artigo 267º do ETAPM); o momento do vencimento reporta-se ao primeiro dia do mês de Maio de cada ano.

Não se percebe assim onde reside a lacuna, na certeza de que as

regras do processamento não podem retirar os direitos consagrados na lei. A haver lacuna, como se escreveu na sentença recorrida, “ela só se podia centrar no momento da constituição do direito, pois se o direito entra na esfera jurídica do aposentado algum dia tem que ser exercido e efectivado. Ora, de entre os vários momentos possíveis, o legislador elegeu o momento em que o funcionário adquire o estatuto de aposentado. A esse momento, o legislador não formulou qualquer ressalva, excepção ou restrição, pelo que não se pode defender, como faz a entidade recorrida, que existe um prazo, que é de um ano de aposentação, com «constitutivo do direito». O direito adquire-se com o acto determinante da aposentação e não decorrido que seja um ano após a aposentação. No plano do legislador não está a existência de um prazo de um ano condicionante da aquisição do direito ao subsídio, até porque no primeiro ano de vigência da lei o subsídio foi logo recebido em Setembro, bastando para tal que se estivesse aposentado em 1 de Maio (artigo 5º). Portanto, um aposentado em Janeiro de 1990, recebeu o subsídio de 14º mês em Setembro desse ano e tornou a receber em Maio de 1991.”

Se o legislador não fez qualquer ressalva relativa à cumulação com os subsídios de férias auferidos no âmbito de uma outra relação jurídica, diferente e precedente, como se viu, se não restringiu esse direito em relação ao primeiro ano da aposentação, se não instituiu um regime de proporcionalidade em função dos meses de aposentação no primeiro ano civil da sua vigência, não pode o intérprete dizer, em nome de uma pretensa lacuna de regulação de processamento, que o legislador não quis dizer o que disse, sem que razões do próprio ordenamento o imponham.

Ora, como se viu, a análise dos diversos argumentos não impõe tais ditames interpretativos, não cabendo ao julgador sindicar a justeza ou o acerto das opções legislativas. Isto é, para interpretar restritivamente, já que nem sequer de lacuna se trata, seria necessário que a regulação jurídica da situação jurídica em apreço impusesse essa solução.

10. O ora recorrente sustenta, também, que, «por uma norma permissiva o legislador definiu de forma genérica, o direito ao “subsídio do 14º mês (...), à semelhança do que acontece com o “subsídio de férias” (cfr. n.º1 do artigo 184º do ETAPM e do subsídio de Natal” (cfr. n.º1 do artigo 187º do ETAPM), para os quais as regras sobre a forma de atribuição são previstas pelo n.º5 do artigo 164º (no prazo de um ano) e n.º4 do artigo 187º (por duodécimos) respectivamente» (ponto 16 das Alegações, a fls. 138).

Também a este respeito, como bem decidiu o juiz *a quo*: «... mesmo que se considerasse que estamos perante um caso omissivo, cujo preenchimento se justifica por razões de coerência normativa e de justiça relativa, o recurso às regras do subsídio de férias não permite chegar à conclusão de que o subsídio de 14º mês apenas se vence no 1º de Maio subsequente ao decurso de um ano de aposentação. É que nem sequer é essa a solução que a lei dita para o subsídio de férias, pois, nos termos do n.º5 do artigo 184º do ETAPM, "aos trabalhadores que completem o primeiro ano de serviço após a data referida no n.º1 (1 de Junho), é abonado no mês seguinte àquele em que atingirem o direito a férias e com referência ao vencimento desse mês”. Aplicando esta regra ao subsídio de

14º mês, verifica-se que aquele que se aposentou em Janeiro, em Fevereiro do ano seguinte recebe o subsídio e torna a recebê-lo em Maio do mesmo ano, o que é bem diferente da solução defendida pelo FP, que só admite este último pagamento».

Quanto às diferenças de previsão normativa já acima se explicou que o subsídio de férias referido no artigo 2º respeita ao subsídio a que o aposentado tivesse eventualmente direito se, embora aposentado, exercesse funções públicas, situação que não deixa de ser possível e ocorre algumas vezes.

11. No que concerne à semelhança do que acontece com o subsídio de Natal, ainda aqui não se vê razão para sustentar a tese do recorrente. Na verdade, o recurso às regras do subsídio de Natal não permite chegar à conclusão de que o pagamento do subsídio de 14º mês no primeiro ano de aposentação deve ser pela soma dos duodécimos. Diz o n.º1 do artigo 187º do ETAPM, que os aposentados têm direito a receber em cada ano civil um subsídio de Natal a pagar em Novembro, de montante igual “à pensão a que tenham direito no dia 1 de Novembro do mesmo ano”, sendo que o regime previsto no n.º4 do mesmo artigo só se aplica ao primeiro ano de serviço efectivo e não ao primeiro ano de aposentação, o que faz sentido dada a sucessão das diferentes relações jurídicas, a que não deve corresponder uma quebra nas expectativas do funcionário que se vê investido na nova situação jurídica decorrente da aposentação.

12. Dir-se-á que atribuir ao Fundo de Pensões competências para execução do regime da aposentação e competência na atribuição de abonos (nº2 do art. 6º da Lei 9/90/M), tal não significa que o Fundo possa retirar direitos que a lei claramente consagra, em nome de uma pretensa violação do princípio da proporcionalidade e igualdade. Especialmente, quando a solução preconizada, evitando sanar a injustiça advinda para os que se aposentem depois de Maio, em relação aos que se aposentem anteriormente (cfr. alegações do recorrente de fls. 137), não deixa de gerar outras situações de desigualdade como as que decorreriam do preconizado regime dos duodécimos para o primeiro ano de aposentação em que quem se aposentasse em Janeiro, ao fim de um ano de aposentação apenas recebe 4 meses de subsídio, enquanto quem se aposentar em Julho, ao fim de um ano de aposentação recebe 10 meses de subsídio.

Nesta conformidade, não se vislumbrando que haja lacuna de lei quanto à atribuição do subsídio em causa no 1º ano da aposentação - *ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus* -, não havendo assim qualquer incompleição do sistema e não havendo razões para proceder a qualquer restrição do direito atribuído, não sendo legítimo que o legislador assim o tenha desejado, na certeza de que até foram apresentadas propostas que apontavam para essa restrição, perante o silêncio do legislador nesta matéria, mesmo que em abstracto se equacionem situações de alguma injustiça relativa, tal não pode permitir uma interpretação *lato sensu*, com uma função correctiva que só ao legislador cabe operar.

Pelo que se entende não merecer provimento o recurso ora interposto, por se entender não ter havido errada interpretação do direito.

*

IV - DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao presente recurso contencioso, mantendo a sentença recorrida.

Sem custas por delas estar isenta a entidade recorrente.

Macau, 18 de Março de 2004,

João A. G. Gil de Oliveira (Relator) – Choi Mou Pan – Lai Kin Hong

Magistrado do M^o. P^o. presente - Victor Manuel Carvalho Coelho